

ATA DA VIGÉSSIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e nove, na Sala nº 500 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e trinta minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CGFNSP reuniu-se em sessão extraordinária, com a presença dos seguintes membros: Ricardo Brisolla Balestreri, representante titular da Secretaria Nacional de Segurança Pública e Presidente do CGFNSP; Sylvio de Andrade Junior, representante suplente do Ministério da Justiça; Sidnei Borges Fidalgo, representante suplente da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP; Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Alessandro Ferreira dos Passos, representante suplente da Casa Civil da Presidência da República; Carlos Rogério Ferreira Cota, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Procuradoria-Geral da República não foi representada. Participaram também da Sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O Presidente, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: Apreciação de 11 projetos estaduais e 16 projetos municipais.

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, o Presidente propôs ao Colegiado que fosse apreciada a redação final do memorando que será encaminhado à Consultoria Jurídica/MJ, com as questões suscitadas na reunião anterior. Os Conselheiros acataram a sugestão, aprovaram o texto final e o memorando foi assinado pelo Presidente. Em seguida, as servidoras Cristina Gross Villanova, Catia Simone Gonçalves Emanuelli e Iberia Aparecida Costa Onofre apresentaram os seguintes projetos municipais:

	UF	Nº. Proposta SICONV	PROJETO	Custeio	Capital	Total do Fundo
1	Itapetinga/BA	086550/2009	Modernização da Guarda Municipal	142.035,02	275.713,70	417.748,72
2	Feira de Santana/BA	086614/2009	Modernização da Guarda Municipal	285.461,00	136.869,00	422.330,00
3	Cascavel/PR (Emenda)	105090/2009	Modernização da Guarda Municipal	0,00	400.000,00	400.000,00
4	Valinhos/SP (Emenda)	025069/2009	Modernização da Guarda Municipal	0,00	150.000,00	150.000,00
5	Maracanaú/CE	086230/2009	Modernização da Guarda Municipal	634.180,00	587.320,00	1.221.500,00
6	Barra Mansa/RJ	086299/2009	Modernização da Guarda Municipal	271.840,39	728.159,61	1.000.000,00
7	Ilha Solteira/SP	056.285/2009	Modernização da Guarda Municipal	83.645,62	63.030,00	146.675,62
8	Igarassu/PE	086.187/2009	Modernização da Guarda Municipal	354.563,00	241.470,00	596.033,00
9	Petrolândia/PE	086652/2009	Modernização da Guarda Municipal	234.500,00	151.825,00	386.325,00
10	Campos dos Goytacazes/RJ	081104/2009	Modernização da Guarda Civil Municipal,	245.216,40	177.113,60	422.330,00
11	Nova Iguaçu/RJ	085884/2009	Ampliação do atendimento a homens autores de violência contra a mulher	1.551.368,50	9.741,76	1.561.110,26
12	Franca/SP (Emenda)	052630/2009	Modernização da Guarda Municipal	0,00	250.000,00	250.000,00
13	Rondonópolis	086242/2009	Modernização da Gestão de Segurança Pública	262.136,00	160.194,00	422.330,00
14	Mucajá (Emenda)	103506/2009	Estruturação da Guarda Municipal	200.000,00	400.000,00	600.000,00
15	Bom Conselho/PE	057144/2009	Implantação da política de segurança comunitária	240.000,00	155.800,00	395.800,00
Total				4.680.189,43	3.887.236,67	7.969.852,60

E ainda na área da prevenção foi apresentado, no âmbito estadual, o seguinte projeto:

	UF	Proposta SINCONV	Título do Projeto	Custeio	Capital	Total/Fundo
1	DF	104045/2009	Picasso não Pichava	175.243,50	0,00	175.243,50
Total				175.243,50	0,00	175.243,50

Esses projetos foram aprovados por unanimidade. Ressaltam-se, entretanto, as seguintes manifestações: a) Os Conselheiros Felipe Daruich Neto e Alessandro Ferreira dos Passos informaram que não constava no Portal de Convênios a Nota Técnica de aprovação do projeto nº 086550/2009 (Igarassu/PE). A servidora Cátia Emanuelle explicou que a nota havia sido inserida, mas o sistema estava apresentando erros nesse sentido e na mesma hora reinseriu a nota técnica; b) O Conselheiro Alessandro Ferreira dos Passos observou que diversos projetos desse bloco continha pedidos de elaboração de diagnóstico e demonstrou preocupação com essas solicitações porque entende que a efetiva utilização desse documento depende de como o serviço será demandado e também da pessoa jurídica a ser selecionada. Nesse sentido, indagou se a SENASP apoiava os municípios nestas atividades. A servidora Cristina Villanova explicou que a partir de 2003 a SENASP passou a fomentar a política de elaboração de diagnóstico porque os projetos municipais visavam basicamente à aquisição de viaturas, de coletes e de uniformes para as Guardas. Ou seja, estes projetos não produziam resultados satisfatórios na dinâmica da prevenção. Assim, a SENASP passou trabalhar no sentido de convencer esses Entes sobre a importância de se conhecer a dinâmica da violência local para que as diretrizes de prevenção fossem norteadas por meio de pesquisas e não no empirismo. Contudo, a SENASP não pode garantir que o diagnóstico elaborado será efetivamente utilizado. Por outro lado, cabe à SENASP: a) orientar os municípios que façam as políticas de prevenção baseadas em estudos; b) exigir que esses municípios apresentem os futuros projetos de acordo com o diagnóstico elaborado e c) avaliar na prestação de contas dos convênios se os requisitos legais foram observados quando da contratação dos serviços. O Presidente acrescentou que, em que pese haver a possibilidade de elaboração de diagnósticos imperfeitos, a SENASP fomenta essa iniciativa porque se o gestor público tiver somente um conhecimento empírico da realidade, corre-se o risco de estimular uma política incorreta. Dito isso, o Conselheiro declarou que embora entenda a carência de pessoal da SENASP, o ideal seria que todos os diagnósticos financiados pelo Fundo fossem centralizados na SENASP e avaliados. Deste modo, a Secretaria teria um conhecimento amplo da situação das diversas localidades e também acumularia experiência para orientar os Entes na contratação desses serviços.

Os projetos da Ação Reparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança foram apresentados pelos servidores João Francisco Goulart dos Santos e Edson Wagner de Sousa Barroso, a saber:

	UF	Proposta SINCONV	Título do Projeto	Custeio	Capital	Total
1	AM	057111/2009	Reaparelhamento das Unidades Especializadas de Segurança Pública	210.280,00	2.717.539,48	2.927.539,48
2	DF	056881/2009	Reaparelhamento dos Organismos de Segurança Pública do DF (Emenda Parlamentar)	0,00	11.000.000,00	11.000.000,00
3	GO	056764/2009	Aquisição de 02 Caminhões e de 02 Carrocerias tipo baú para o transporte de animais.	0,00	540.209,99	540.209,99
4	PA	086793/2009	Reaparelhamento das Unidades dos Corpos de Bombeiros	290.000,00	700.000,00	990.000,00
5	RJ	56392/2009	Torres Blindadas (Emenda Parlamentar)	0,00	1.219.879,97	1.219.879,97

6	CE	70363/2009	Aquisição de Equipamentos que viabilizem a Estruturação Física e Modernização da Sede da Perícia Forense (Emenda Parlamentar)	0,00	7.000.000,00	7.000.000,00
Total				500.280,00	23.177.629,44	23.677.909,44

Na apreciação do segundo projeto desse bloco, o Secretário Nacional de Segurança Pública, Dr. Ricardo Balestreri, deixou a reunião para acompanhar o Ministro de Estado em solenidade no Salão Negro do MJ, passando a condução da reunião para o Vice-Presidente do Colegiado, Dr. Sylvio de Andrade Júnior.

Cabe consignar que em virtude de questionamentos feitos na reunião anterior acerca da participação do Secretário Nacional de Segurança Pública na aprovação de projetos, via Portal de Convênios, o Tenente Coronel Santos aprovou a Proposta nº 056764/2009 (GO), na presença dos Conselheiros, para demonstrar como ocorre a participação daquela autoridade nesse novo paradigma de trabalho. O Projeto nº 56392/2009 (RJ) foi apresentado extrapauta e o Colegiado decidiu que a votação dar-se-á mediante a manifestação por meio eletrônico até as 12h de amanhã (17/12/2009). No contexto da aprovação do Projeto nº 070363/2009 (CE), o servidor Edson Wagner informou que a análise de uns quatro ou cinco projetos de perícia foi prejudicada porque o seu computador de trabalho passou por diversos problemas técnicos e informações importantes relacionadas a estes projetos foram perdidas. Em razão disso, serão novamente refeitas para posterior inclusão no Portal de Convênios. Desde modo, solicitou que as propostas relacionadas a estes projetos fossem apreciadas pelo Conselheiro por meio do correio eletrônico. O Colegiado acatou o pedido, solicitou que os números fossem informados até o dia 16/12/2009, porque a votação será por meio eletrônico até as 12h dia 18/12/2009. Os demais projetos dessa ação que deixaram de ser mencionados foram aprovados sem objeções.

Os projetos da Ação da Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais referiam-se à área de inteligência e foram apresentados pelo servidor Renato de Araújo Cardoso, quais sejam:

	UF	Proposta SINCONV	Título do Projeto	Custeio	Capital	Total
1	AP	057139/2009	Modernização da Coordenadoria de Inteligência e Operações da Defesa Social	663.777,46	1.214.200,00	1.877.977,46
2	AM	057109/2009	Gestão de Conhecimento e Informações Criminais	1.067.445,12	1.952.600,00	3.020.045,12
3	MS	056672/2009	Modernização, Ampliação e Aperfeiçoamento do Sistema de Inteligência e da Coordenadoria-Geral de Perícias da SEJUSP/MS - Etapa 2009	413.617,22	756.600,00	1.170.217,22
4	PI	056583/2009	Ampliação tecnológica da solução de interceptação telemática legal, considerando os dados oriundos de ambiente internet	115.731,00	212.652,00	328.383,00
5	SC	057105/2009	Complementar o Sistema Integrado de Segurança Pública - SISP da SSP para apoio à base estadual de conhecimento	807.969,60	1.856.548,80	2.664.518,40
6	SE	056674/2009	Aquisição de Ferramentas de Análise e Investigação	276.510,00	519.441,88	795.951,88
Total				3.345.050,40	6.512.042,68	9.857.093,08

Na apreciação da Proposta nº 057105/2009 (SC), o Conselheiro Alessandro Ferreira dos Passos observou que o valor orçado para o desenvolvimento de um software consumia quase um terço dos recursos do projeto e indagou se este valor estava adequado ao valor de mercado. O servidor Renato inicialmente explicou que a escolha de empresas que fornecem sistemas para a área de inteligência é muito rigorosa em razão do tipo de informação que transitará no programa. No caso, em destaque, alguns fatores contribuíram para elevar este gasto como: a exclusividade tecnológica do desenvolvedor do software e mudanças de estrutura no “datacenter” do setor de inteligência. Além disso, o servidor esclareceu que a base do Estado de Santa Catarina será a primeira das 27 Unidades Federativas – UF’s que integrará a base nacional da SENASP. O Conselheiro Carlos Rogério Cota acrescentou que os sistemas de inteligências possuem características exclusivas e sugeriu que no próximo exercício fosse feita uma exposição sobre os sistemas de inteligência. O Conselheiro Alessandro Ferreira dos Passos indagou ainda a respeito das diversas atualizações de sistema previstas no projeto. O servidor Renato explicou que essas atualizações são necessárias em razão da exclusividade do fornecedor. Dito isso, o Conselheiro ponderou que desta forma o Estado acaba se tornando refém do fornecedor. O servidor declarou que infelizmente no mundo tecnológico, certas empresas tornam-se proprietárias de áreas do conhecimento, ou seja, de determinadas tecnologias e o Estado por não possuir este conhecimento acaba sendo obrigado a sujeitar-se a esta situação. O servidor salientou que a contrapartida do Estado no projeto é bastante significativa e muito acima do limite legal estabelecido. O Conselheiro Alessandro Ferreira dos Passos alertou que o Estado de Santa Catarina está na dianteira de um processo que posteriormente será seguido pelas demais UF’s, desta forma, é bem possível que o Fundo financie diversas vezes este mesmo produto (com pequenas conformações locais), em razão da exclusividade desta empresa. Este Conselheiro indagou ao Colegiado qual a medida que o Conselho poderia propor para evitar que o Fundo pague diversas vezes por um mesmo sistema. O Conselheiro Sylvio de Andrade declarou que também lhe causava preocupação a contratação de empresa proprietária de solução a ser disseminada pelo País inteiro, sem a transferência da tecnologia para o contratante. Continuando, os Conselheiros teceram diversos comentários sobre o problema apresentado e citaram possíveis alternativas para minimizar a questão suscitada. Neste ínterim, o Conselheiro Carlos Rogério Cota sugeriu a realização de uma reunião para a qual fossem convidados os representantes estaduais da área de inteligência e profissionais da área de tecnologia da informação – TI para debaterem este assunto. Dito isso, o Conselheiro Sylvio relatou que na área de TI existe uma comunidade que congrega órgãos do Executivo, do Judiciário e do Controle Externo, que por sua vez promove discussões semelhantes a que estava em debate. Dessa comunidade derivou uma Instrução Normativa que regula a contratação de serviços de TI no âmbito da Administração Pública. Este Conselheiro informou que o Ministério da Justiça acumulou bastante conhecimento nesse tema, que poderá ser repassado aos Estados. Neste contexto, o representante da Inteligência, Renato Cardoso, ponderou que nos próximos anos o Brasil abrigará grandes eventos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, os quais demandarão grandes aquisições de diversos produtos e serviços tanto no mercado nacional como internacional e o alinhamento de questões como a que está sendo colocada, evitaria a adoção de soluções inadequadas ao Brasil. O Conselheiro Sylvio sugeriu que a reunião proposta fosse realizada no início do próximo exercício com a presença de dois ou três representantes dos seguintes órgãos: Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação/MJ; Coordenação-Geral de Inteligência/SENASP; Diretoria de Inteligência/DPF; Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/MPOG e Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação/TCU. As proposições dos Conselheiros Carlos Rogério Cota e Sylvio Andrade foram aceitas pelo Colegiado. Após estas considerações, o Conselheiro Felipe Daruich Neto indagou qual o posicionamento adotado pelo Colegiado na votação de projetos que apresentaram características semelhantes ao que estava sendo analisado. O servidor Renato declarou que o Colegiado tem votado pela aprovação das propostas. O Conselheiro Sylvio de Andrade propôs que a SENASP apresentasse ao Colegiado a manifestação final das áreas técnicas da SENASP e dos Órgãos de Controle, sobre as prestações de contas de convênios que contem solicitação similar. Pontuando questões como: aprovação com ou sem ressalvas, justificativas apresentadas, dentre outras questões. Dito isso, o Conselheiro Carlos Rogério Cota propôs que fosse realizado um encontro para tratar especificamente das avaliações das prestações de contas e tomadas de conta de áreas como: a valorização profissional, a prevenção à violência, unidades funcionais, dentre outras, cujo foco fosse destacar o que tem sido dito pelos setores responsáveis por avaliar as prestações de contas, bem como

pelos órgãos responsáveis por aferir a regularidade dos convênios. O Conselheiro Sylvio de Andrade declarou que estas observações vão revelar ao Colegiado como está a avaliação das aplicações do Fundo na ótica destes setores. Na seqüência, os projetos desse bloco foram aprovados por unanimidade.

Nada mais havendo para tratar, o Vice-Presidente da Sessão encerrou a reunião às dezoito horas e quarenta minutos deste dia. E, para constar, esta ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

Ricardo Brisolla Balestreri
Presidente do CGFNSP

Sylvio de Andrade Júnior
Subsecretaria de Planejamento,
Orçamento e Administração da
Secretaria Executiva/MJ

Felipe Daruich Neto
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Alessandro Ferreira dos Passos
Casa Civil da Presidência da República

Carlos Rogério Ferreira Cota
Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Não representada
Procuradoria-Geral da República